

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS



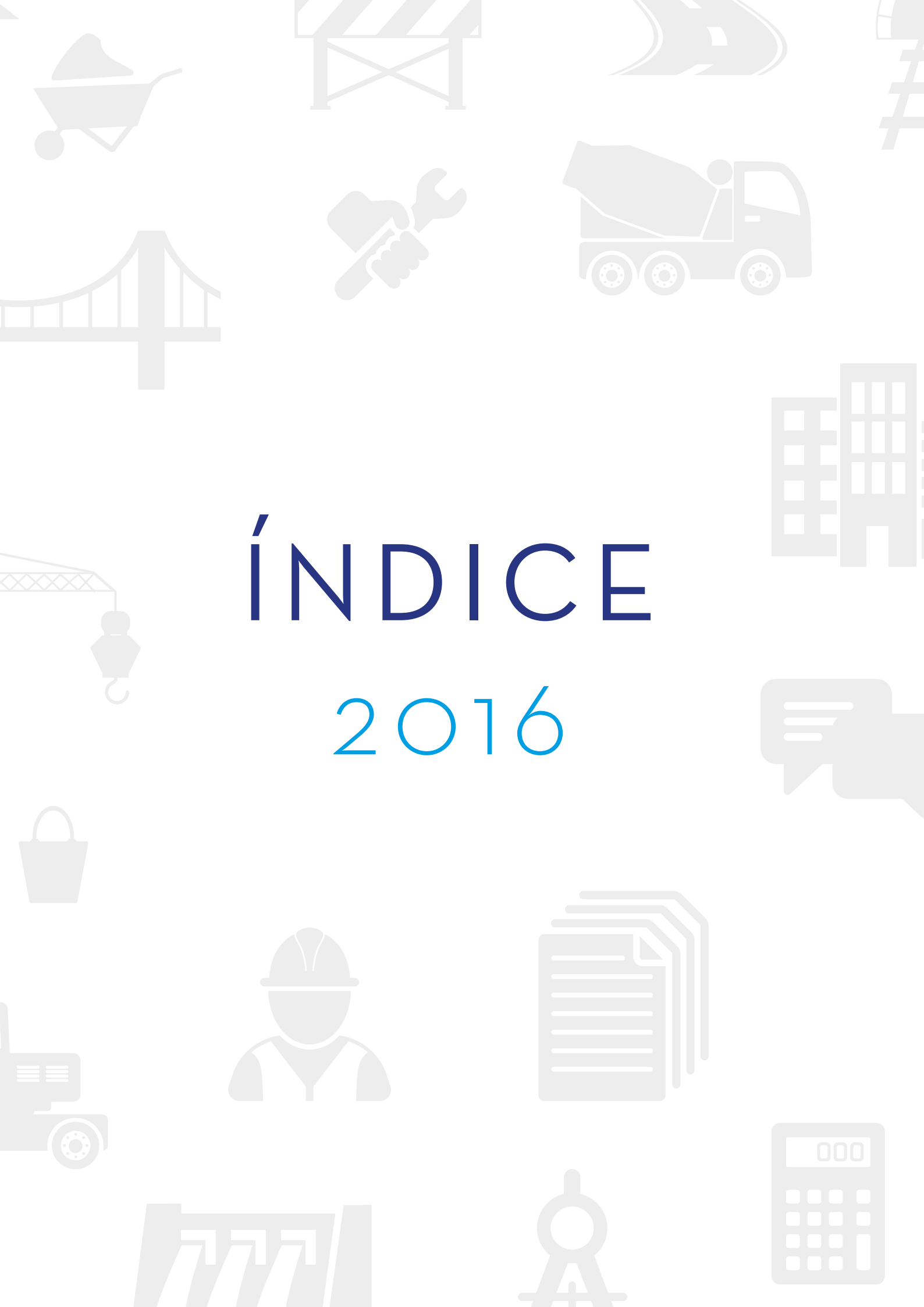
2016

The background of the entire page is a light gray collage of various icons related to construction, infrastructure, and engineering. These include a crane hook, a pile of bricks, a bulldozer, a wheelbarrow, a construction barrier, a winding road, a tunnel entrance, a suspension bridge, a hand holding a wrench, a concrete mixer truck, a city skyline, a crane, a bucket, an excavator, a construction worker in a hard hat, a stack of papers, a calculator, a compass, and a dam.

CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2016



ÍNDICE

2016



01

A CONDURIL 4



02

INFORMAÇÃO CORPORATIVA 10



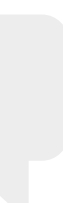
03

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO 14



04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E ANEXO 22



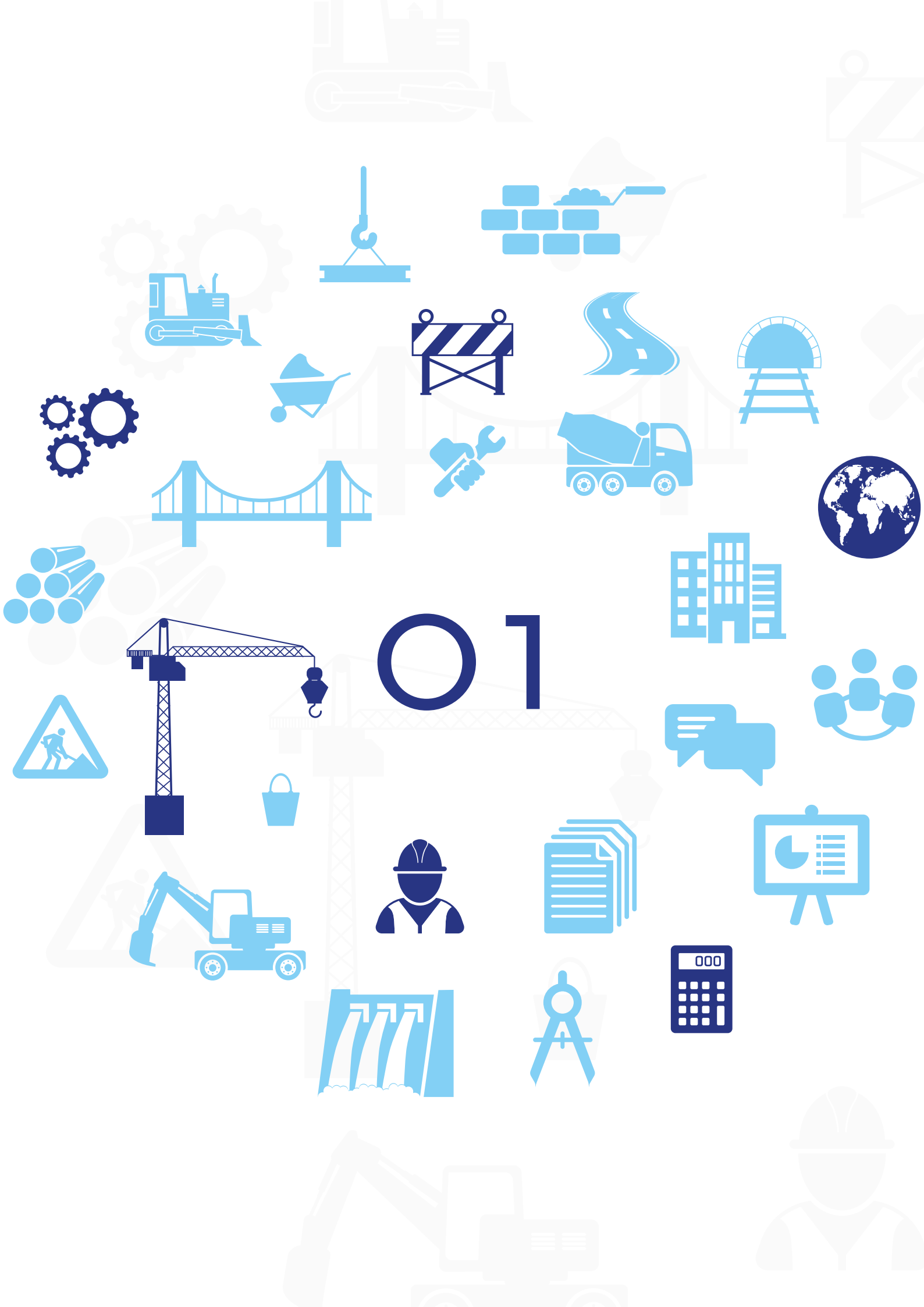
05

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 58



06

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS 62





A CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS
2016



“NÃO HÁ VENTOS FAVORÁVEIS PARA QUEM NÃO CONHECE O SEU RUMO”

Sêneca

Visão |

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão |

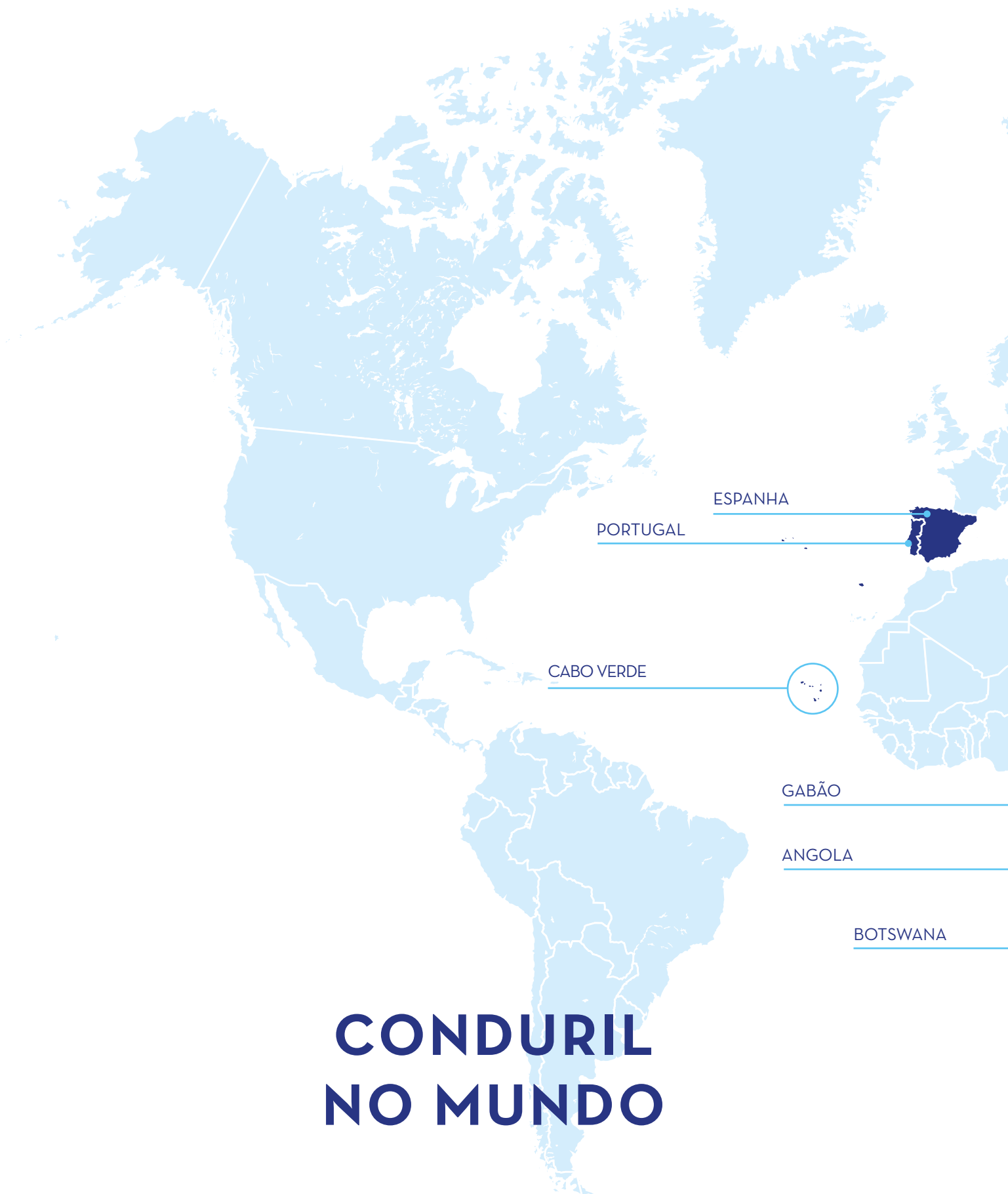
Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

Valores |

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores.



Conservatória do Registo
Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568



CONDURIL NO MUNDO

ESPAÑA

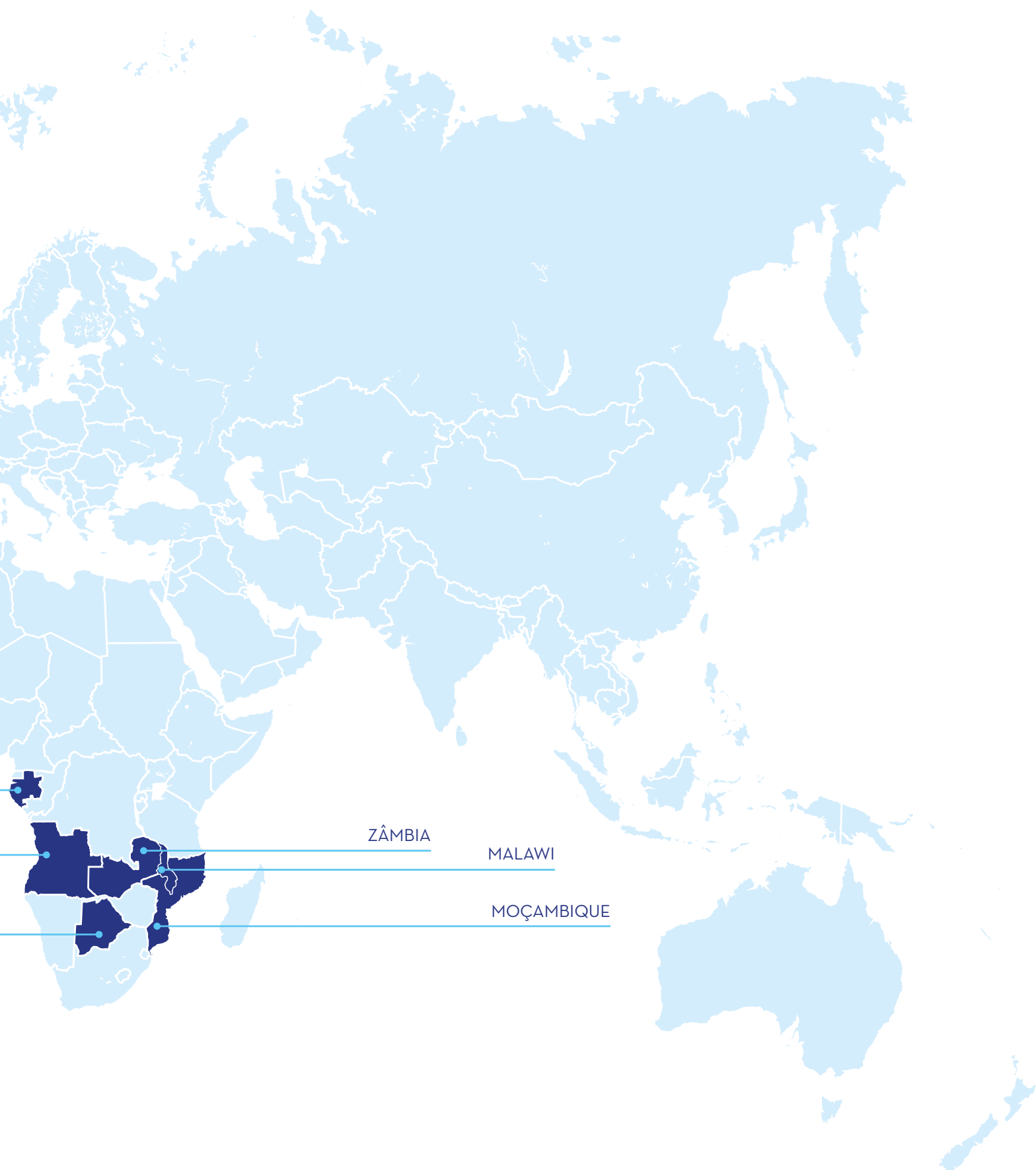
PORTUGAL

CABO VERDE

GABÃO

ANGOLA

BOTSWANA



O2



INFORMAÇÃO CORPORATIVA

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS

2016



A CONDURIL - ENGENHARIA, S.A. É UMA SOCIEDADE ANÓNIMA - GERIDA POR UMA COMISSÃO EXECUTIVA ELEITA NOS TERMOS LEGAIS - CUJOS ÓRGÃOS SOCIAIS TÊM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

Mesa da Assembleia-geral |

João Baqueiro Oliveira (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinto Ferreira Lemos

Conselho de Administração |

António Luís Amorim Martins (*Chairman*)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva |

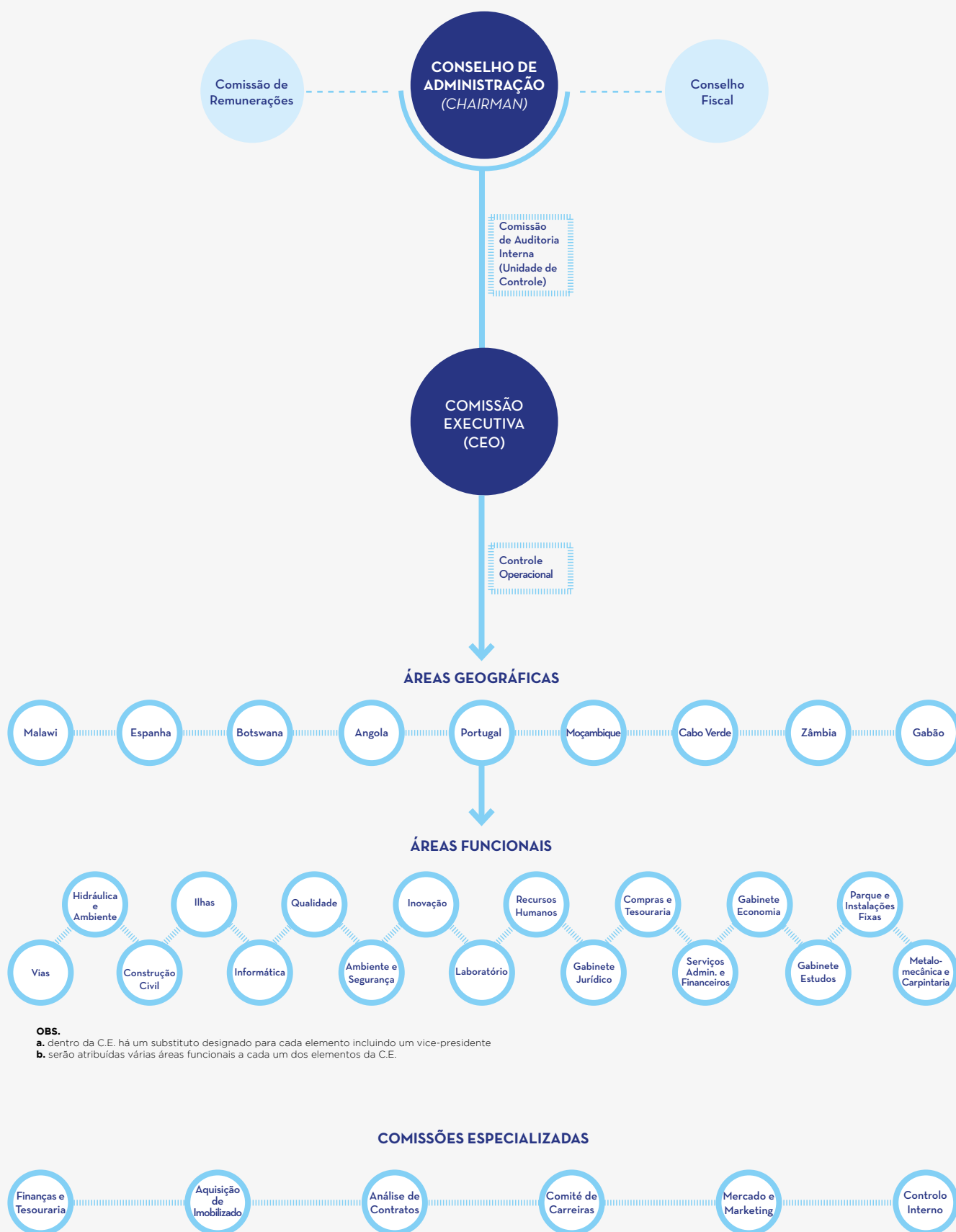
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
(Vice-presidente)
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal |

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim
José Álvaro Fonseca Moura (Suplente)

Revisor Oficial de Contas |

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)

**OBS.**

- a. dentro da C.E. há um substituto designado para cada elemento incluindo um vice-presidente
b. serão atribuídas várias áreas funcionais a cada um dos elementos da C.E.

NOTA: Cada área geográfica adota uma estrutura organizacional com a filosofia da de Portugal mas terá em consideração as circunstâncias locais próprias quer em dimensão, quer em especificidade

03



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS

2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS NOMEADAMENTE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 65.º E 66.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS, O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO, AS CONTAS CONSOLIDADAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

1

A economia mundial teve, em 2016, o pior desempenho desde a crise global de 2009, apresentando a mais baixa taxa de crescimento do pós-crise. Esta desaceleração do crescimento foi sentida na generalidade das economias em que a Conduril atua, muito dependentes do comportamento das *commodities*, o que tem condicionado o investimento público e privado, conforme se pode verificar pela evolução dos indicadores abaixo apresentados:

PAÍSES	CRESCIMENTO PRODUTO REAL			TAXA DE CÂMBIO				TAXA DE INFLAÇÃO	
	2008-2015	2015	2016 a)	MOEDA	2015	2016 a)	VAR	2015	2016 a)
Portugal	-0,7%	1,5%	1,4%					0,5%	0,6%
Angola	5,1%	3,0%	0,8%	AKZ - EUR	0,0068	0,0054	-20%	10,3%	33,7%
Moçambique	6,9%	6,6%	4,2%	MZN - EUR	0,0204	0,0133	-35%	3,6%	18,0%
Zâmbia	7,0%	3,6%	3,0%	ZMW - EUR	0,0837	0,0958	15%	10,1%	20,5%
Malawi	4,3%	2,9%	2,4%	MWK - EUR	0,0014	0,0013	-4%	21,9%	23,5%
Gabão	3,7%	4,0%	3,2%	FCFA - EUR	0,0015	0,0015	0%	0,6%	1,8%
Botswana	3,7%	-0,3%	2,8%	BWP - EUR	0,0814	0,0891	9%	3,1%	3,3%

a) valores estimados

Fonte: ONU, Situação Económica Mundial e Perspetivas 2017

Os sinais positivos que a economia portuguesa tem apresentado, começam-se a vislumbrar no setor da construção em Portugal, apesar de 2016 ser o nono ano consecutivo de quebra no setor, onde apenas foram adjudicados 41% dos 1.745 milhões de euros de obras públicas lançados a concurso.

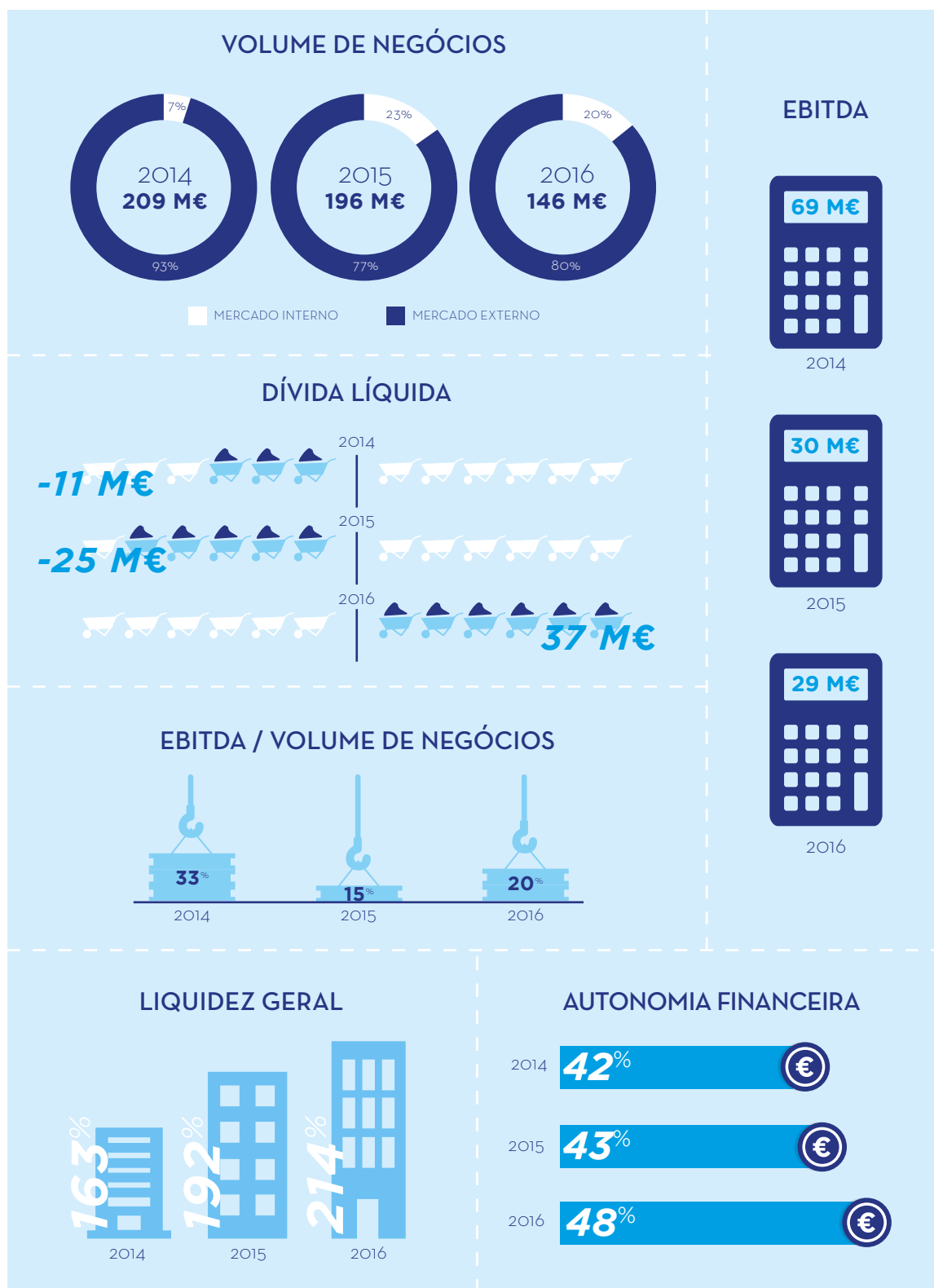
As incertezas no cenário político internacional e as vulnerabilidades do comércio mundial, aliadas à escassez de investimentos a que se assiste, não permitem perspetivar, para 2017 ou para 2018, a desejada recuperação sólida e sustentável da economia internacional, período que se deverá pautar por uma ainda ténue recuperação.



4

O desempenho económico global condicionou naturalmente a atividade consolidada da Conduril, em particular, ao nível do volume de negócios que registou em 2016 uma redução de 25% face ao ano anterior, situando-se nos 146 milhões de euros.

Apesar deste efeito, os indicadores patrimoniais e de desempenho que são apresentados de seguida, reafirmam a solidez económica e financeira da empresa:



INDICADORES	2014	2015	2016
Ativo líquido (m€)	502.130	493.493	440.791
Passivo (m€)	289.642	280.966	227.398
Capital próprio (m€)	212.488	212.527	213.393
Dívida líquida (m€)	-10.769	-24.564	36.894
Investimento em ativos (m€)	27.126	38.756	13.002
Volume de negócios (m€)	208.815	196.173	146.209
Mercado interno	7%	23%	20%
Mercado externo	93%	77%	80%
EBITDA (m€)	69.018	30.244	28.758
Resultado líquido do período (m€)	29.507	6.155	4.244
Autonomia financeira	42%	43%	48%
Liquidez geral	163%	192%	214%
Rácio de solvabilidade	73%	76%	94%
Rácio de endividamento	136%	132%	107%
Rentabilidade das vendas	14%	3%	3%
EBITDA/Volume de negócios	33%	15%	20%

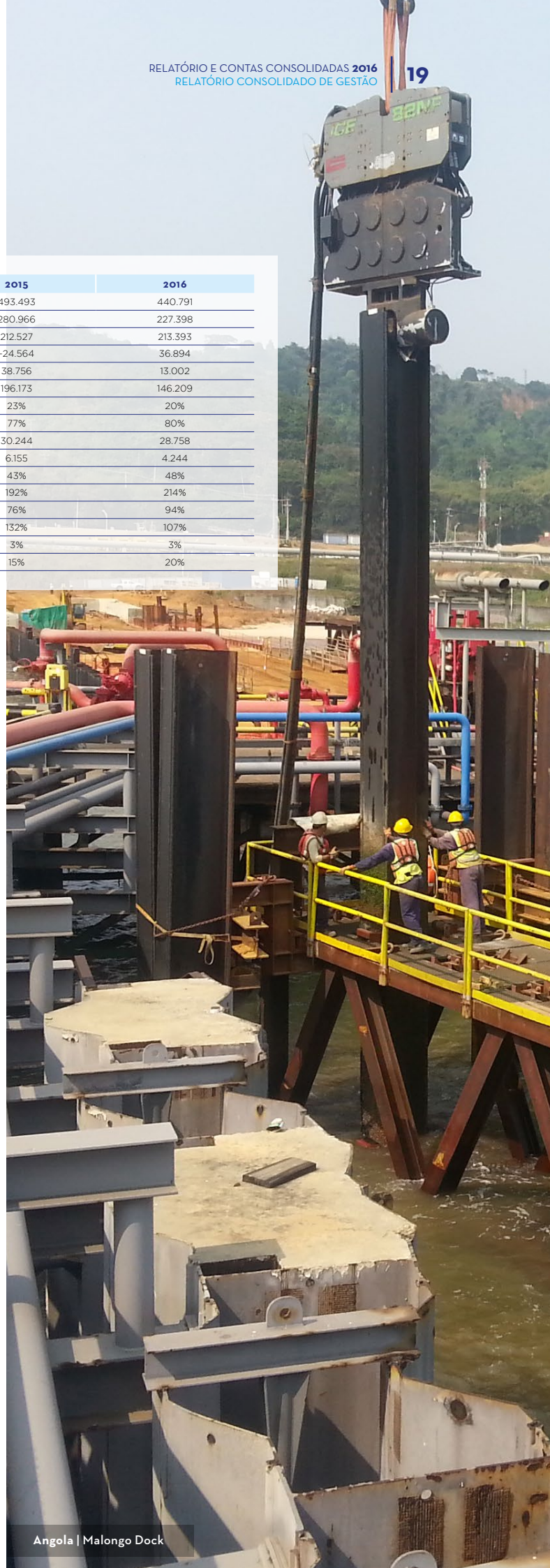
Mantendo-se fiel aos seus valores, a estratégia entretanto encetada permitiu um aumento da rentabilidade operacional face ao ano anterior e ao mesmo tempo uma melhoria dos indicadores de autonomia e liquidez para valores superiores aos registados nos últimos anos e, consequentemente, uma diminuição do rácio de endividamento.

A dívida líquida voltou a assumir valores positivos (37 milhões de euros, equivalentes a 25,2% do volume de negócios) depois das exceções dos anos de 2014 e 2015, sendo de salientar que o seu montante foi reforçado com a inclusão de um projeto a cargo da Conduril em Angola na "Convenção à exportação de bens, de equipamentos e serviços de origem portuguesa para a República de Angola" que será liquidado, a curto prazo, por uma instituição financeira portuguesa em solo nacional e beneficia de garantia do Estado Português, já autorizada e assinada pelo Governo, ao abrigo de um seguro de crédito da COSEC. O atraso desta operação obrigou-nos a um esforço financeiro acrescido, afetando severamente o resultado líquido.

5 |

O compromisso incessante da Conduril no fazer bem, garantindo as melhores condições para todos os intervenientes no seu processo produtivo e a preservação do meio ambiente, é já parte integrante da sua cultura empresarial e foi, uma vez mais, reconhecido por entidades externas autónomas devidamente credenciadas, nomeadamente:

- pela revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade em Portugal, na delegação de Moçambique e na ENOP, tendo sido concretizada com sucesso a transição para a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;
- pela revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade na sucursal de Angola, Méti e Urano, segundo a NP EN ISO 9001:2008, pela APCER;
- com a revalidação das certificações no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal, sucursal de Angola, na Méti, e na Urano, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;





Portugal | REN Porto Alto



Malawi | Barragem Kamuzu



Portugal | Túnel de Águas Santas

• na revalidação da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal, segundo a norma NP EN ISO 14001:2012, pela APCER;

• na renovação da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005; e,

• no acompanhamento e manutenção da certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas no Polo Industrial de Portugal, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011;

• e, *last but not least*, pelas avaliações de satisfação dos nossos clientes ao trabalho que desenvolvemos: no estrangeiro, nas últimas 78 obras, foi-nos atribuída uma avaliação média de 17,92 valores, enquanto em Portugal nas 12 últimas foi-nos reconhecida uma avaliação de 17,50 valores.

6 |

As dificuldades que assolam as economias dos países onde a Conduril se encontra estabelecida, cujo reflexo primordial se tem materializado na redução do investimento em infraestruturas de todas as naturezas, ainda mais acentuadas pelas ténuas projeções de crescimento a curto prazo e pela contínua baixa de expectativas dos agentes económicos, continuarão a condicionar a sua atividade. Porém, o posicionamento da Conduril nestes mercados, a solidez financeira que se vem reforçando ao longo da sua existência, a criteriosa análise de todos os riscos a que se encontra exposta e a permanente avaliação de novas oportunidades à escala mundial, conjugados com uma carteira de encomendas superior a 385 milhões de euros, garantem a confiança na sustentação de um volume de negócios para 2017 superior ao de 2016.

7 |

Outras informações anexas:

a | A Conduril detém sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.

b | Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

c | O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.

d | As ações próprias detidas, que ascendem a 200.000, não foram objeto de qualquer transação no ano.

e | Os valores mobiliários emitidos pela CONDURIL - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins que adquiriu em 27 de abril, 02 e 05 de maio de 2016, 89, 100 e 111 ações, respetivamente, pelo valor unitário de 40 euros e da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu a 07 de junho de 2016, 40 ações pelo valor unitário de 38 euros.

f | A Conduril não teve conhecimento de acionistas que tenham deixado de ser titulares das participações qualificadas mencionadas em relatórios de anos anteriores.

8

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e sedimentação contínua do capital próprio, o Conselho de Administração propõe no seu relatório e contas individual que o resultado líquido do período, no valor de 4.236.804 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 3.336.804 euros.

9

Para finalizar, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento ao esforço e dedicação de todos aqueles que cooperaram com a Conduril ao longo deste último exercício.

Aos clientes, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras e Órgãos Sociais, o Conselho de Administração agradece toda a disponibilidade, colaboração e apoio demonstrados, mantendo a sua convicção de que com cooperação mútua serão ultrapassados os maiores desafios.

Ermesinde, 23 de fevereiro de 2017
O Conselho de Administração



Angola | Delegação de Finanças Dundo



Gabão | Bacia Hidrográfica de Nzeng Ayong





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS

2016

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2;3;7	57.613.603	57.149.542
Ativos intangíveis	2;3;6	5.320.229	5.344.640
Outros investimentos financeiros	3;9	34.570.757	34.555.339
Ativos por impostos diferidos	3;17	560.678	62.003
Subtotal		98.065.266	97.111.524
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	13.363.499	12.666.567
Clientes	3;18	100.879.480	177.990.334
Clientes c/retenções de garantias	3;18	6.993.746	10.618.427
Estado e outros entes públicos	20	14.042.949	23.984.992
Acionistas		1.557.333	1.593.351
Outros créditos a receber	3;11;20	37.214.640	35.690.836
Diferimentos	3;20	397.134	1.631.497
Ativos financeiros detidos para negociação	18	72.415.085	101.784.149
Outros ativos financeiros	3;18	83.043.031	5.000
Caixa e depósitos bancários	3;4	12.818.957	30.416.066
Subtotal		342.725.854	396.381.218
TOTAL DO ATIVO		440.791.120	493.492.742
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.375.498	3.389.863
Outras reservas		193.072.782	188.369.669
Resultados transitados		5.134.231	4.365.324
Excedentes de revalorização		2.947.434	3.175.873
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(4.536.739)	(2.110.500)
Subtotal		209.043.205	206.240.229
Resultado líquido do período		4.236.818	6.151.680
Subtotal		213.280.023	212.391.910
Interesses que não controlam		113.225	134.699
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	213.393.249	212.526.608
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	2.413.016	2.545.506
Financiamentos obtidos	3;8;18	63.650.218	70.953.338
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.292.677	1.483.450
Subtotal		67.355.911	74.982.294
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	47.776.275	58.735.067
Adiantamentos de clientes	3	17.516.713	23.461.233
Estado e outros entes públicos	20	8.184.599	11.574.946
Acionistas		2.840.714	2.831.388
Financiamentos obtidos	3;8;18	67.733.012	85.816.177
Outras dívidas a pagar	3;20	7.729.594	13.538.510
Diferimentos	3;11;20	8.261.053	10.026.518
Subtotal		160.041.961	205.983.840
TOTAL DO PASSIVO		227.397.872	280.966.133
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		440.791.120	493.492.742

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3;12;20	146.208.655	196.172.660
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3	-	-
Variação nos inventários da produção	3;10	(12.945)	136.205
Trabalhos para a própria entidade	3	8.156.094	3.853.446
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(42.226.063)	(48.772.771)
Fornecimentos e serviços externos	20	(65.744.602)	(83.824.369)
Gastos com pessoal	3;19;20	(39.827.523)	(44.660.972)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	375.245	(38.555)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(138.589)	(271.091)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	132.490	5.620.429
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3;18	3	-
Outros rendimentos	14;20	37.981.279	37.546.799
Outros gastos	2;14;20	(15.776.484)	(30.207.052)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.127.561	35.554.730
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(9.320.763)	(11.524.177)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.806.798	24.030.553
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(12.864.738)	(14.222.512)
Resultado antes de impostos		6.942.060	9.808.041
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(2.698.044)	(3.652.655)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		4.244.015	6.155.387
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		4.236.818	6.151.680
Interesses que não controlam		7.197	3.707
Subtotal		4.244.015	6.155.387
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		2,36	3,42

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		158.442.599	169.096.819
Pagamentos a fornecedores		(118.342.385)	(121.179.887)
Pagamentos ao pessoal		(33.015.746)	(35.422.278)
Caixa gerada pelas operações		7.084.467	12.494.654
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		4.115.892	(7.191.962)
Outros recebimentos/pagamentos		1.711.228	(1.193.821)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		12.911.587	4.108.872
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(9.924.724)	(9.808.485)
Ativos intangíveis		-	(5.342)
Investimentos financeiros		(2.664)	(20.122.508)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		18.461	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		4.351.971	4.339.476
Dividendos		57.991	60.340
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(5.498.965)	(25.536.520)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		212.844.515	198.161.409
Outras operações de financiamento		8.478	469
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(222.834.974)	(159.839.417)
Financiamentos leasings		(1.848.200)	(925.728)
Juros e gastos similares		(11.585.716)	(13.681.478)
Dividendos		(900.000)	(3.600.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	7.417
Outras operações de financiamento		(90.475)	(183.011)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(24.406.371)	19.939.661
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(16.993.749)	(1.487.986)
Efeito das diferenças de câmbio		(603.360)	(2.914.068)
Caixa e seus equivalentes no início do período		30.416.066	34.818.120
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	12.818.957	30.416.066

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2016

	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											MONTANTES EXPRESSOS EM EUR	
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
POSICÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2016		10.000.000	(950.000)	3.389.863	188.369.669	4.365.324	3.175.873	(2.110.500)	6.151.680	212.391.910	134.699	212.526.608	
	Aplicação do resultado do período				5.603.113	548.567			(6.151.680)	-		-	
Posição em 01 de janeiro de 2016 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.389.863	193.972.782	4.913.891	3.175.873	(2.110.500)	-	212.391.910	134.699	212.526.608	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-		-	
Alterações de políticas contabilísticas										-		-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								(2.548.471)		(2.548.471)	(27.927)	(2.576.397)	
Realização de excedentes de revalorização						228.440	(228.440)			-	-	-	
Excedentes de revalorização										-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos										-	-	-	
Aplicação do método da equivalência patrimonial				(14.365)		(8.100)		122.231		99.766	(744)	99.022	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(14.365)	-	220.340	(228.440)	(2.426.239)	-	(2.448.704)	(28.671)	(2.477.375)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
Resultado integral									4.236.818	4.236.818	7.197	4.244.015	
									4.236.818	4.236.818	7.197	4.244.015	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital										-	-	-	
Subscrições de prémios de emissão										-	-	-	
Distribuições					(900.000)					(900.000)	-	(900.000)	
Entradas para cobertura de perdas										-	-	-	
Outras operações										-	-	-	
		-	-	-	(900.000)	-		-	-	(900.000)	-	(900.000)	
POSICÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2016													
3		10.000.000	(950.000)	3.375.498	193.072.782	5.134.231	2.947.434	(4.536.740)	4.236.818	212.800.023	113.225	213.393.249	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia, S.A. (“CONDURIL” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, e junto com as empresas participadas (“Grupo”), têm como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior, com a exceção dos seguintes factos:

- Foi efetuada uma reclassificação de 3.418.439 euros da rubrica de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis relacionada com o valor do direito de superfície em Angola. Para que as demonstrações financeiras sejam comparáveis, foi efetuada a correspondente reexpressão das referidas rubricas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015.
- Decorrente da entrada em liquidação, em 2016, das empresas subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane – Inertes, Lda., as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 refletem o impacto desta operação. Assim, foram regularizados na rubrica “Outros rendimentos” cerca de 473.166 euros, na rubrica “Outros gastos” cerca de 55.916 euros e na rubrica “Dívidas incobráveis” cerca de 341.363 euros.

2.3. Impacto das alterações do normativo contabilístico:

O Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho contempla um conjunto de alterações ao normativo contabilístico com referência a 01 de janeiro de 2016. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam uma alteração no registo das responsabilidades relacionadas com benefícios de reforma. Assim, as referidas demonstrações financeiras contemplam no capital próprio o efeito da remensuração do passivo relativa a ganhos e perdas atuariais. O impacto (aumento) nos capitais próprios a 31 de dezembro de 2016 desta alteração é de 65.644 euros (em 01 de janeiro de 2016 o aumento ascendia a 541.672 euros). Na rubrica “Gastos com pessoal”, no período de 2015, foram registados ganhos e perdas atuariais de cerca de 53.487 euros.

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

a | Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia-geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal, as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor

dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica "Outros rendimentos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. Goodwill

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios, "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

b | Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

d | Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e | Integração de sucursais

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, gastos e rendimentos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como gastos ou rendimentos na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

f | Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g | Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o

uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

h | Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

i | Instrumentos financeiros

ii. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”, não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de “*Factoring sem recurso*”, são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes

de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

j | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k | Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

l | Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e

periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contábilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contábilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

m | Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

n | Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne receável num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar receável.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

o | Complementos de reforma

A CONDURIL - Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a CONDURIL

- Engenharia, S.A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

p | Rédito

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

q | Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

r | Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

s | Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

t | Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações

em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a | Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b | Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor à data das transações e aquelas em vigor à data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como gastos e rendimentos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2016		2015	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,94868	n/a	0,91853	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09394	0,09231	0,09277	0,09245
Pulas Botswana	Euro	0,08910	0,08329	0,08140	0,08871
Metical Moçambicano	Euro	0,01333	0,01430	0,02041	0,02335
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,09585	0,08841	0,08366	0,10314
Kwacha Malawi	Euro	0,00132	0,00127	0,00138	0,00178
Kwanza Angolano	Euro	0,00529	0,00537	0,00666	0,00738
Rand Sul Africano	Euro	0,06976	n/a	0,05880	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06973	n/a	0,05901	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

a | Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada de cada empresa incluída na consolidação, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4 | FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "Caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Caixa e depósitos bancários"

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	128.989	103.587
Depósitos à ordem	11.712.250	22.264.994
Depósitos a prazo	977.718	8.047.484
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	12.818.957	30.416.066

5 | PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

a | Total de remunerações: 1.302.507 euros (2015: 1.324.083 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

a | Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Senegal	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Mabalane - Inertes, Lda. (*)	Moçambique	85,00	97,82
4M Properties, S.A. (*)	Moçambique	98,00	98,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	17,86	17,86
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	11,00	13,00
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	11,26	11,26
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

Nota: (*) Empresas que foram dissolvidas no ano de 2016.

b | Transações e saldos pendentes:

No decurso do presente período, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2016:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	808.096	-	-
	808.096	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.371	-	-
	33.805.719	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.652.962	1.265.319	-
	1.652.962	1.265.319	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-	692.481
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	232.767	262.387
	232.767	954.868

Em 31 de dezembro de 2015:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	808.096	-	-
	808.096	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.371	-	-
	33.805.719	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	973.938	53.122	-
	973.938	53.122	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	22.383	105.937
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	271.388	32.461
	293.770	138.398

6 | ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a | As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

b | Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c | Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	31.12.2016		31.12.2015	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	97.873	77.401	96.357	68.727
Propriedade industrial	48.446	1.325	48.446	1.325
Direitos de superfície	5.801.425	549.069	5.787.214	517.603
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
TOTAL	5.949.750	629.522	5.934.023	589.383

d | O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO - OUTROS	31.12.2016	31.12.2015
Programas de computador	8.232	9.136
Propriedade industrial	-	64
Direitos de superfície	31.466	39.518
Outros ativos intangíveis	-	-
TOTAL	39.698	48.718

e | Os movimentos na rubrica "Ativos intangíveis" durante 2016 e 2015 são os que se seguem:

	2016					
	GOODWILL	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2015	-	5.787.214	96.357	48.446	2.006	5.934.023
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-
Adições	-	13.964	1.515	-	-	15.479
Transf. e abates	-	247	-	-	-	248
Saldo em 31.12.2016	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2015	-	517.604	68.727	1.325	1.727	589.383
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-
Adições	-	31.465	8.232	-	-	39.697
Transf. e abates	-	-	442	-	-	442
Saldo em 31.12.2016	-	549.069	77.401	1.325	1.727	629.522
VALOR LÍQUIDO	-	5.252.356	20.472	47.121	280	5.320.228

	2015 - REEXPRESSO					
	GOODWILL	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	85.743	47.827	2.006	135.576
Alteração % detida	-	-	1.197	555	-	1.752
Adições	-	-	9.382	64	-	9.446
Transf. e abates	-	5.787.214	35	-	-	5.787.249
Saldo em 31.12.2015	-	5.787.214	96.357	48.446	2.006	5.934.023
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	58.322	706	1.727	60.754
Alteração % detida	-	-	1.234	555	-	1.789
Adições	-	39.518	9.136	64	-	48.718
Transf. e abates	-	478.086	35	-	-	478.121
Saldo em 31.12.2015	-	517.604	68.727	1.325	1.727	589.383
VALOR LÍQUIDO	-	5.269.610	27.630	47.121	280	5.344.640

7 | ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a | Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b | Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c | Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 25	4% - 10%
Equipamento básico	3 - 16	6,25% - 33,33%
Equipamento de transporte	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento administrativo	3 - 12	8,33% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10	10% - 33,33%

d/e | Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2016							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2015	3.047.602	28.912.734	81.905.055	30.204.543	2.235.928	2.011.393	12.390.548	160.707.803
Alteração % detida	-	-	(2.205)	-	-	(860)	-	(3.065)
Adições	-	5.923	3.579.581	864.671	60.897	42.464	8.432.958	12.986.494
Alienações	-	(141.665)	(1.121.804)	(1.228.767)	(132.206)	(18.565)	-	(2.643.007)
Outras variações	(26.672)	(1.296.928)	(1.762.049)	(395.136)	(88.232)	(33.849)	(24.914)	(3.627.780)
Transf. e abates	-	1.194.695	11.541.034	(5.217.021)	14.305	(777.258)	(10.239.493)	(3.483.738)
Saldo em 31.12.2016	3.020.930	28.674.759	94.139.612	24.228.290	2.090.692	1.223.325	10.559.099	163.936.707
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2015	-	17.386.389	62.565.962	21.183.245	1.737.709	684.956	-	103.558.261
Alteração % detida	-	-	(2.205)	-	-	(860)	-	(3.065)
Adições	-	1.006.795	6.210.080	1.758.623	95.375	210.193	-	9.281.066
Alienações	-	(33.690)	(685.748)	(1.202.872)	(67.001)	(10.472)	-	(1.999.783)
Outras variações	-	(565.605)	(1.556.328)	(353.693)	(66.150)	(29.677)	-	(2.571.453)
Transf. e abates	-	-	321.339	(1.962.419)	(416)	(300.426)	-	(1.941.922)
Saldo em 31.12.2016	-	17.793.889	66.853.100	19.422.884	1.699.517	553.714	-	106.323.104
VALOR LÍQUIDO	3.020.930	10.880.870	27.286.512	4.805.406	391.175	669.611	10.559.099	57.613.603

	2015 - REEXPRESSION							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2014	8.859.001	29.825.130	74.987.102	31.447.577	2.216.172	1.387.625	3.402.362	152.124.969
Alteração % detida	-	4.408	4.049	-	7.202	1.464	-	17.123
Adições	-	243.918	5.030.565	2.907.959	116.480	657.107	13.117.593	22.073.622
Alienações	-	-	(734.413)	(729.267)	(29.326)	(7.543)	-	(1.500.549)
Outras variações	(24.185)	(1.160.722)	(1.423.252)	(276.637)	(70.816)	(27.260)	(19.841)	(3.002.713)
Transf. e abates	(5.787.214)	-	4.041.004	(3.145.089)	(3.784)	-	(4.109.566)	(9.004.650)
Saldo em 31.12.2015	3.047.602	28.912.734	81.905.055	30.204.543	2.235.928	2.011.393	12.390.548	160.707.802
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	-	16.636.311	57.894.892	19.898.121	1.654.485	402.405	-	96.486.214
Alteração % detida	-	2.261	2.608	-	6.386	1.166	-	12.421
Adições	-	1.199.175	6.025.384	3.808.555	136.457	305.887	-	11.475.458
Alienações	-	-	(225.877)	(577.763)	(7.478)	(1.320)	-	(812.438)
Outras variações	-	(453.544)	(1.284.796)	(279.656)	(52.141)	(23.181)	-	(2.093.319)
Transf. e abates	-	2.186	153.751	(1.666.012)	-	-	-	(1.510.075)
Saldo em 31.12.2015	-	17.386.389	62.565.962	21.183.245	1.737.709	684.956	0,00	103.558.261
VALOR LÍQUIDO	3.047.602	11.526.345	19.339.093	9.021.298	498.219	1.326.437	12.390.548	57.149.541

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	2.812.511	3.388.061
Equipamento básico	5.405.252	9.729.532
Equipamento de transporte	199.702	-
Outros ativos fixos tangíveis	15.493	-
TOTAL	8.432.958	13.117.593

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Edifícios e outras construções	1.006.795	-	1.006.795
Equipamento básico	6.210.080	-	6.210.080
Equipamento de transporte	1.758.623	-	1.758.623
Equipamento administrativo	95.375	-	95.375
Outros ativos fixos tangíveis	210.193	-	210.193
TOTAL	9.281.066	-	9.281.066

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	17.793.889	17.386.389
Equipamento básico	66.853.100	62.565.962
Equipamento de transporte	19.422.884	21.183.245
Equipamento administrativo	1.699.517	1.737.709
Outros ativos fixos tangíveis	553.714	684.956
TOTAL	106.323.104	103.558.261

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	10.192.404	5.296.759
Equipamentos	166.993	7.005.880
Outros ativos	199.702	87.909
TOTAL	10.559.099	12.390.548

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2016	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	46.399.663	32.644.517	13.755.147
Angola	86.843.133	56.548.159	30.294.974
Moçambique	13.292.923	8.158.406	5.134.517
Marrocos	2.748.957	2.382.435	366.522
Botswana	75.227	73.843	1.384
Cabo Verde	79.645	65.121	14.524
Zâmbia	10.832.366	5.420.754	5.411.612
Malawi	1.798.310	411.696	1.386.614
Gabão	1.866.482	618.173	1.248.309
TOTAL	163.936.707	106.323.104	57.613.603

2015	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.950.720	31.783.887	14.166.833
Angola	78.939.323	53.753.535	25.185.788
Moçambique	13.621.268	9.489.634	4.131.634
Marrocos	2.741.000	2.287.469	453.531
Botswana	128.200	112.072	16.128
Cabo Verde	79.645	61.118	18.527
Senegal	6.947.163	2.366.712	4.580.451
Zâmbia	10.846.633	3.560.515	7.286.118
Malawi	1.004.319	123.778	880.541
Gabão	446.466	16.475	429.991
TOTAL	160.704.738	103.555.197	57.149.541

8 | LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários:

a | Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	31.12.2016	31.12.2015
Equipamento básico	658.710	2.098.493
Equipamento de transporte	370.855	1.537.071
TOTAL	1.029.564	3.635.564

b | Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e o seu valor presente:

	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos até 1 ano	168.111	1.193.861
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	213.878	76.058
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	381.989	1.269.919
Pagamento de juros futuros	6.047	53.826
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	375.942	1.216.093

c | Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Não mais de 1 ano	168.111	1.193.861	164.355	1.140.973
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	213.878	76.058	211.587	75.120
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	381.989	1.269.919	375.942	1.216.093

9 | INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1. Empreendimentos conjuntos

a | Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation, Dragados e Tecnovia
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation, Dragados e Tecnovia

b | Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril Construção - ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	Método proporcional
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	10%	Método proporcional
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	10%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE.

c | Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.2. Empresas subsidiárias

a | Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Consolidação integral
Edirio - Construções, S.A.	Consolidação integral
Métis Engenharia, Lda.	Consolidação integral
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Consolidação integral
Mabalane - Inertes, Lda.	Consolidação integral
4M Properties, S.A.	Consolidação integral
Urano, Lda.	Consolidação integral
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Consolidação integral

9.3. Detalhe da rubrica "Outros investimentos financeiros"

OUTRAS PARTICIPAÇÕES REGISTRADAS AO CUSTO	31.12.2016	31.12.2015
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	130.000	130.000
SPER, S.A.	149.500	149.500
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	5.000
Marestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	5.000
Norgarante	10.000	10.000
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	341.375
Lusitânia Seguros	76.815	76.815
SDMH - Soc. Desenvolvimento Mini-Hídricas	1.400	1.400
Outras	5.342	6.731
TOTAL	724.432	725.821

Relacionado com estas participações encontram-se registados na rubrica “Outros investimentos financeiros” os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
	2016	2015
UTE Alcántara-Garrovillas	-	-
SPER, S.A.	20.332.371	20.332.371
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	13.473.348
SDMH - Soc. Desenvolvimento Mini-Hídricas	23.800	23.800
Outros - FCT	16.806	-
TOTAL	33.846.325	33.829.519

10 | INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.130.157	12.989.219
Mercadorias	50.190	13.642
Produtos acabados e intermédios	534.172	596.576
Produtos e trabalhos em curso	439.883	439.883
	14.154.402	14.039.320
Perdas por imparidade	(790.903)	(1.372.753)
TOTAL	13.363.499	12.666.567

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Inventário inicial	13.642	90.806	11.616.466	12.721.280
Perdas por imparidade em existências	-	-	(1.550.463)	164.397
Compras	-	-	44.373.393	48.838.473
Reclassificação e regularização de inventários	36.548	(77.164)	125.920	(1.334.913)
Inventário final	(50.190)	(13.642)	(12.339.254)	(11.616.466)
GASTO DO PERÍODO	-	-	42.226.063	48.772.771

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Inventário inicial	596.576	513.310	439.883	439.883
Reclassificação e regularização de inventários	(49.459)	(52.939)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(534.172)	(596.576)	(439.883)	(439.883)
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	12.945	(136.205)	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	484.306	87.606
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	484.306	87.606

REVERSÃO DE IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(859.552)	(49.051)
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	(859.552)	(49.051)
IMPACTO NO PERÍODO	(375.245)	38.555

10.5. Movimento das perdas por imparidade acumuladas em inventários

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2015	1.372.753
Reforço	484.306
Reversão	(859.552)
Variações cambiais	(206.605)
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2016	790.903

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2014	1.537.150
Reforço	87.606
Reversão	(49.051)
Variações cambiais	(202.952)
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2015	1.372.753

11 | CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DO PERÍODO 2016	RÉDITO DO PERÍODO 2015
Contratos de construção	136.858.568	194.185.618
TOTAL	136.858.568	194.185.618

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contábilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2016	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	344.121.893	412.141.845	6.652.309	3.135.537
TOTAL	344.121.893	412.141.845	6.652.309	3.135.537

2015	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	478.256.207	582.159.677	17.529.042	6.180.367
TOTAL	478.256.207	582.159.677	17.529.042	6.180.367

12 | RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a | Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

b | Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

c | Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

d | Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas de bens	5.305.003	2.293.347
Prestações de serviços	140.903.653	193.879.312
Juros	4.934.279	5.111.917
Dividendos	57.991	60.340
TOTAL	151.200.926	201.344.916

13 | PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.847.085	441.583	-	-	(78.404)	2.210.264
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Outras provisões	531.771	1.708	-	-	(497.377)	36.102
TOTAL	2.545.505	443.291	-	-	(575.781)	2.413.015

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.159.296	667.040	70.550	-	(42.574)	1.854.312
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Outras provisões	7.582.892	843.443	(777.603)	(35.850)	(7.088.338)	524.544
TOTAL	8.908.838	1.510.483	(707.053)	(35.850)	(7.130.912)	2.545.506

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso o Grupo está convicto que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 80.297.599 euros (em 31 de dezembro de 2015 o montante ascendia a 91.369.727 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

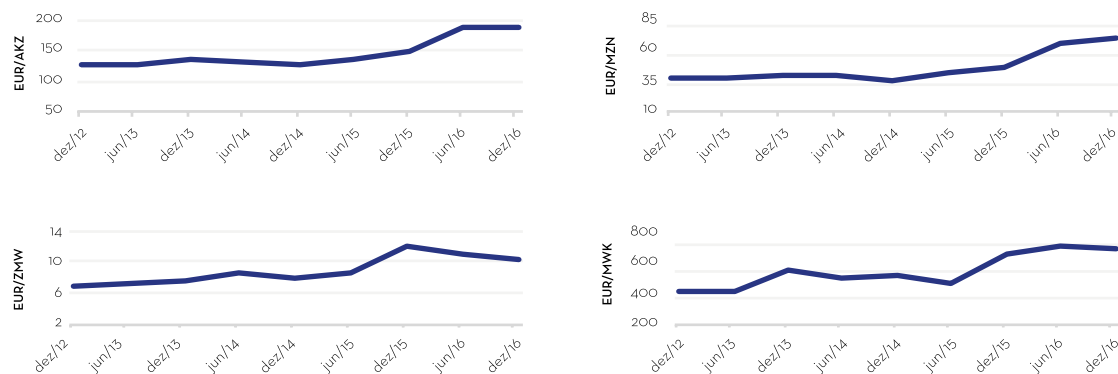
a | Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

b | Risco taxa de câmbio

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras, não tendo sido contratualizados instrumentos financeiros de cobertura de risco cambial.

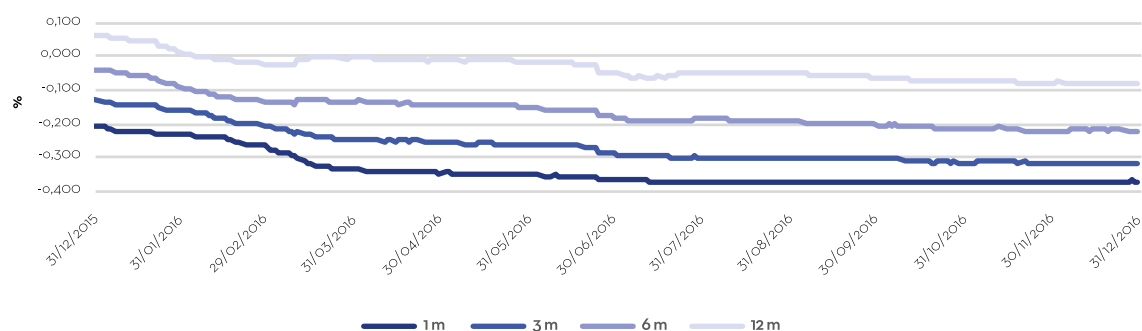
Evolução da Taxa de Câmbio



c | Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Dadas as expectativas para 2016 da evolução das taxas de juro a Administração optou por não recorrer à contratação de instrumentos de cobertura deste tipo de risco.

Evolução da Taxa Euribor



d | Risco de crédito

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos;
- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

e | Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

14 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2016	31.12.2015
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	7.250.922	21.478.020
TOTAL	7.250.922	21.478.020
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	31.193.681	28.872.511
TOTAL	31.193.681	28.872.511

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	(2.406.420)
Variações positivas	432.526
Regularização	-
Variações negativas	(5.574.334)
DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(7.548.228)

DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.930.826
Variações positivas	632.625
Regularização	(20.074)
Variações negativas	(4.949.797)
DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	(2.406.420)

15 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de fevereiro de 2017. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16 | MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2016, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 52.370 euros (em 2015 ascenderam a 36.000 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	52.370
Tratamento de águas residuais	-
TOTAL	52.370

17 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.929.140	3.724.569
	2.929.140	3.724.569
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(231.096)	(71.914)
	(231.096)	(71.914)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	2.698.044	3.652.655

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes de impostos	6.942.060	9.808.041
Gasto com impostos sobre o rendimento	2.698.044	3.652.655
Taxa efetiva de imposto	38,87%	37,24%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2015 e 2016)	2.226.378	3.346.684
AJUSTAMENTOS:		
Taxas diferenciadas de imposto	419.842	207.739
Gastos não aceites como custo fiscal	318.792	409.106
Provisões não aceites como gasto	160.020	370.077
Reversão de provisões não tributadas	(100.359)	(1.242.748)
Restituição de impostos	(1.107)	(1.686.555)
Outros rendimentos não tributados	(330.518)	(79.731)
Prejuízos fiscais gerados no período	201.493	1.959.224
Tributações autónomas	524.678	487.604
Derrama	-	-
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	(231.096)	(71.914)
Outros	(490.080)	(46.831)
	471.666	305.971
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	2.698.044	3.652.655

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2016, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	48.489	(1.231)	-	(3.161)	44.097
Aplicação da percentagem de acabamento	889	1.131	-	-	2.020
Provisões não aceites	-	220	465.321	(230.470)	235.071
Prejuízos fiscais	-	-	236.714	-	236.714
Outros	12.625	276	29.873	-	42.774
TOTAL	62.003	396	731.908	(233.631)	560.676

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.108.698	(7.829)	-	(42.980)	1.057.889
Diferenças de câmbio não realizadas	374.752	18.700	-	(158.665)	234.788
TOTAL	1.483.450	10.871	-	(201.645)	1.292.677

A 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	20.197	14.907	13.385	-	48.489
Aplicação da percentagem de acabamento	80.238	63.957	-	(143.306)	889
Prejuízos fiscais	49.447	-	-	(49.447)	-
Outros	-	77	12.548	-	12.625
TOTAL	149.882	78.941	25.933	(192.753)	62.003

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	ALTERAÇÃO TAXA	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.286.297	(74.458)	(2.405)	10.234	(110.970)	1.108.698
Rendimento a tributar	179.630	-	(122.686)	-	(56.944)	-
Depreciações não aceites	584.646	-	(126.961)	-	(82.933)	374.752
TOTAL	2.050.573	(74.458)	(252.052)	10.234	(250.847)	1.483.450

18 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2016		31.12.2015	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Cientes, c/c	100.879.480	-	179.344.203	(1.353.869)
Cientes, c/garantias	6.993.746	-	10.618.427	-
Cientes de cobrança duvidosa	2.875.746	(2.875.746)	3.135.584	(3.135.584)
TOTAL	110.748.972	(2.875.746)	193.098.214	(4.489.453)

18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os títulos da dívida pública do Estado Angolano (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso dos clientes Instituto Nacional de Estradas de Angola e Governo Provincial do Kuando Kubango.

18.4. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro 2016, esta rubrica enquadra-se na “Convenção à Exportação de Bem de Equipamento e Serviços de Origem Portuguesa, para a República de Angola” que beneficia de Garantia do Estado Português. Será liquidada por uma instituição financeira Portuguesa em território nacional a curto prazo.

18.5. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2016	31.12.2015
Contas caucionadas	24.195.489	37.527.205
Empréstimos bancários	42.405.294	58.677.008
Papel comercial	48.303.869	45.656.755
Locações financeiras	375.942	1.216.093
Descobertos bancários contratados	16.102.636	13.692.454
TOTAL	131.383.230	156.769.515

18.6. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a | Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos bancários	4.931.710	5.193.061
Outros	2.569	1.833
TOTAL	4.934.279	5.194.894

b | Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	31.12.2015
Financiamentos	11.076.249	11.083.772
Locações financeiras	57.794	375.362
Outros	84.966	80.693
TOTAL	11.219.009	11.539.827

18.7. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016		31.12.2015	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	138.589	-	271.091	-
Outros créditos a receber	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-
TOTAL	138.589	-	271.091	-

18.8. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2016, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.9. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2016, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19 | BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2016, existiam 101 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2016, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2016	31.12.2015
Custo dos serviços correntes	256.028	239.350
Custo juros	323.221	274.402
Rendimentos e perdas atuariais	-	(53.487)
Retorno dos ativos	(328.737)	(132.730)
Outras variações	3.049	-
TOTAL	253.561	327.535

Em 31 de dezembro de 2016, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 588.646 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". Em 31 de dezembro de 2015, estávamos perante um excesso de cobertura das responsabilidades de cerca de 140.942 euros, registado na rubrica "Diferimentos".

No que respeita aos montantes acumulados dos Ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de Capital próprio, "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio", no montante de 65.644 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante ascendia a 541.672 euros e encontrava-se registado na rubrica "Rendimentos a reconhecer".

Pressupostos utilizados no estudo atuarial:

	31.12.2016	31.12.2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade normal de reforma	65 anos	66 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	1,75%	2%
Taxa de desconto	4%	4%

20 | OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3.950	5.999
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.588.184	9.749.208
Outras tributações	4.044.575	5.051.336
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.406.241	9.178.449
TOTAL	14.042.949	23.984.992

PASSIVO	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	468.459	482.842
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.811.013	6.943.974
Contribuições para a Segurança Social	604.861	507.152
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	295.785	2.824.634
Outras tributações	1.004.481	816.345
TOTAL	8.184.598	11.574.946

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2016 e 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Mercado interno	28.902.986	44.512.227
Mercado externo	117.305.669	151.660.433
TOTAL	146.208.656	196.172.660

20.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição:

	31.12.2016
Subcontratos	24.347.372
Serviços especializados	14.684.569
Materiais	3.928.324
Energia e fluidos	6.718.693
Deslocações, estadas e transportes	4.118.134
Rendas e alugueres	6.208.451
Comunicação	517.691
Seguros	1.043.258
Royalties	20.241
Contencioso e notariado	106.048
Despesas de representação	152.753
Limpeza, higiene e conforto	323.066
Outros serviços	3.576.002
TOTAL	65.744.601

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Remunerações dos órgãos sociais	1.141.230	1.176.707
Remunerações do pessoal	30.776.311	33.761.561
Indemnizações	219.375	134.325
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	253.561	327.535
Encargos sobre remunerações	2.852.437	3.099.524
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.031.123	1.081.308
Gastos de ação social	2.537.981	2.929.134
Outros	1.015.505	2.150.878
TOTAL	39.827.523	44.660.972

20.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos suplementares	407.236	1.726.064
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.198	26.768
Diferenças de câmbio favoráveis	31.193.681	28.872.511
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	760.250	546.519
Correções relativas a períodos anteriores	175.541	380.448
Juros obtidos	4.934.279	5.111.917
Dividendos obtidos	57.991	60.340
Outros	426.103	822.232
TOTAL	37.981.279	37.546.799

20.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos	3.340.005	4.590.402
Descontos de pronto pagamento concedidos	10.469	2.831.946
Dívidas incobráveis	895.432	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7.250.922	21.478.020
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	13.706	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	597.781	773.088
Correções relativas a períodos anteriores	391.688	199.233
Outros	3.276.481	334.363
TOTAL	15.776.484	30.207.052

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2016	31.12.2015
Juros suportados	11.134.043	11.459.133
Outros gastos e perdas de financiamento	1.730.696	2.763.379
TOTAL	12.864.738	14.222.512

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Gastos a reconhecer – seguros	354.470	516.105
Gastos a reconhecer – outros	295	85.899
Fundo de pensões – excedente (Nota 19)	-	140.943
Outros diferimentos	42.368	888.550
TOTAL	397.134	1.631.496

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	7.341.269	8.539.115
Fundo de pensões (Nota 19)	-	541.672
Faturação a reconhecer	919.784	945.731
TOTAL	8.261.053	10.026.518

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2016
Fornecedores saldos devedores	731.296
Pessoal	36.077
Fornecedores de investimentos	4.920
Adiantamentos por conta de vendas	49.994
Devedores por acréscimos de rendimentos	22.551.402
Adiantamento a fornecedores	3.190.295
Devedores diversos	10.650.655
TOTAL	37.214.640

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2016
Cientes saldos credores	64.758
Pessoal	1.388.166
Fornecedores de investimentos	64.180
Credores por acréscimos de gastos – remunerações	2.666.505
Credores por acréscimos de gastos – outros	3.272.918
Credores diversos	273.066
TOTAL	7.729.594

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No relatório de gestão individual consta a seguinte proposta de aplicação dos resultados:

“No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e sedimentação contínua do capital próprio, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 4.236.804 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,5 euros por ação;
- Reservas Livres: 3.336.804 euros.”

21 | DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

22 | DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2016
Portugal	38.568.695
Angola	67.919.143
Moçambique	14.901.442
Senegal	1.483.473
Zâmbia	12.435.815
Malawi	5.194.827
Gabão	5.705.260
TOTAL	146.208.656

22.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2016, ascenderam a 21.750 euros.

[illegible]



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS

2016

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016 CONTAS CONSOLIDADAS |

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidados e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO |

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos estes que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira consolidada da CONDURIL - Engenharia, S.A., em

31 de dezembro de 2016, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER |

1 | que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016,

2 | que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 14 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL |

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim

06



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS

2016

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 440.791.120 euros e um total de capital próprio de 213.393.249 euros, incluindo um resultado líquido de 4.236.818 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de

caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES |

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro
(ROC 1126)



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
F. +351 229 748 668
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 222 310 153
F. +244 222 310 713
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
parcela 3380/12 Matola
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng - Gaborone - Botswana
T. +267 319 02 53
F. +267 393 03 25
info@conduril.co.bw

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
Lusaka - Zambia
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

PO Box 40 Liwonde Malawi
Liwonde - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (à 100m du
Carrefour GP), BP 203
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua Padre João Baptista de Valles,
n.º 3 1º, SU/NA
9500-791 Ponta Delgada
geral@conduril-acores.pt

MÉTIS

Parque Industrial de Viana - B.º - Capalanga
Município de Viana - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

URANO

Polo Industrial de Viana, Zona do Km 25
Município de Viana - Comuna do Zango -
Luanda - ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-metalomecanica.com